MUDANÇA DE PARADIGMA NA ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

LAGES

DESAFIOS NA ÉTICA PROFISSIONAL

contratos e prospostas deficientes aos contratantes

- Perda de mercado para serviços realizados informalmente por graduandos e desenhistas
- Desconhecimento sobre o perfil do cliente e a linguagem a ser autilizada
- Desinformação dos estudantes de arquitetura e urbanismo sobre a importância dos contratos e normas do Código de Ética e Disciplina
- Desinformação dos profissionais de arquitetura e urbanismo e clientes sobre a importância dos contratos e normas do Código de Ética e Disciplina

arquiteto urbanista funcionário público

- Desconhecimentos dos órgãos públicos sobre as atribuições de um arquiteto e urbanista
- Falta capacitação para funcionários públicos
- Falta padronização no processo de aprovação dos projetos
- Falta segurança jurídica para a realização de pareceres técnicos na aprovação ou não de projetos nas prefeituras
- Salário abaixo do piso salarial

percepção de vantagens indevidas pelos arquitetos

- Descrédito dos arquitetos e urbanistas perante a sociedade
- Impunidade e advertências arquivadas frente à ações profissionais antiéticas contribuem para a prática de comissões indevidas
- Desunião das entidades representantes dos arquitetos e urbanistas
- Desinformação dos profissionais, contratantes e da sociedade de modo geral sobre a percepção de vantagens indevidas

emissão de RRT*

- Processo burocrático e complexo
- Desinformação dos profissionais e dos contratantes a respeito da função prática do RRT, como segurança jurídica, meio de fiscalização e acervo técnico
- Formação incipiente sobre o assunto nas universidade

* Registro de Responsabilidade Técnica

SOLUÇÕES APONTADAS

- Promover campanhas para os órgãos públicos com o intuito de incentivar comportamento éticos dos profissionais de arquitetura e urbanismo servidores públicos
- Promover capacitações dos arquitetos e urbanistas servidores públicos por meio da aproximação entre entidades de arquitetos e órgãos públicos
- Incentivar as prefeituras a remunerarem seus arquitetos e urbanistas funcionários públicos de acordo com uas funções e competências
- Garantir segurança jurídicas para os arquitetos e urbanistas servidores públicos para se posicionarem com base técnica sem retaliações.
- Instituir uma padronização digital das aprovações de projetos nas prefeituras, com mais transparência, diálogo e agilidade.

- Desenvolver nas universidades um RRT para estudantes, sem validade técnica, apenas para efeito de aprendizagem sobre o preenchimento do Registro
- Para o cliente o RRT é a garantia do registro formal do histórico do imóvel
- Utilizar o programa CAU Nas Escolas para realizar campanha de conscientização sobre a importância do RRT
- Campanha de conscientização sobre o RRT como acerto técnico e autoral do projeto - um reforço ao contrato

- Regulamentar a prática de Comissões, desde que seja de comum acordo entre profissional e cliente
- Combater a prática de comissões indevidas com vista a valorização do profissional
- Popularizar o tema de modo a divulgar a prática de comissões indevidas para a sociedade
- Divulgar a importância do trabalho do arquiteto urbanista
- Realizar parceria com lojistas para garantir descontos para clientes que contratam arquitetos

- Fomentar cursos de pequena duração para tratar de assuntos jurídicos, éticos, financeiros e comerciais em relação aos contratos
- Celebrar parceria com a IAB para fornecer modelos de contratos e assessoria jurídica
- Inserir na grade curricular dos cursos de arquitetura e urbanismo conteúdos sobre contratos profissionais
- Realizar campanha de conscientização sobre o assunto, demonstrando a importância dos contratos

PROMOÇÃO
CAU/SC
SIGNATÁRIO
APOIO
SASC
FACISCS